

ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE

Fernando Haddad
Roberto Mangabeira Unger

Melhorar a qualidade do ensino público é hoje reconhecida prioridade da Nação. Para traduzir esse consenso em ação, colaboramos em duas iniciativas. A primeira é a construção de uma rede de escolas médias federais, com dimensão técnica e profissional. A segunda é a proposta para reconciliar a gestão das escolas pelos Estados e Municípios com padrões nacionais de investimento e qualidade.

O projeto da rede de escolas federais aprofunda e amplia a concepção das escolas técnicas federais que já estão em construção. Quando alcançar a dimensão prevista, essa rede deve absorver cerca de dez por cento do universo de matrículas da escola média. Muito mais, portanto, do que projeto piloto, para poder surtir efeito transformador. Muito menos, porém, do que o universo total das matrículas da escola média, para reforçar, em vez de substituir, o esforço dos Estados, aos quais cabe, nesse campo, a responsabilidade principal.

São três os objetivos do projeto. Deles resultam as diretrizes que o devem pautar. O primeiro objetivo é consertar o elo fraco do nosso sistema escolar: o ensino médio. Recentemente houve parada e, em alguns momentos, até queda no número de alunos matriculados no ensino médio. É preciso fazer mais do que os Estados fazem agora.

O segundo objetivo é aproveitar a escola média como lugar privilegiado para mudar o paradigma pedagógico dominante no ensino brasileiro. A tarefa é ultrapassar ensino enciclopédico e informativo sem cair em modismos pedagógicos. O foco deve ser em capacitações básicas: nos métodos de análise verbal e numérica e no uso criterioso da informação. O aprofundamento seletivo é, para isso, mais útil do que a superficialidade abrangente. E o requisito para que essa mudança se efetue é a formação do professorado. O magistério deve ser organizado, com a ajuda do governo federal, como carreira nacional. E contar com oportunidades de atualização ao longo da carreira.

O terceiro objetivo é inovar na prática do ensino técnico e profissional. Não basta oferecer ensino tradicional de ofícios rigidamente especializados. Este é um modelo de aprendizagem vocacional que está em crise em países, como a Alemanha, que nele tradicionalmente se distinguiram. Não basta por razões práticas. Pode, por esse método, preparar-se um trabalhador para operar um torno mecânico mas não uma máquina computadorizada, dentro de uma realidade de inovação permanente nos procedimentos e nas tecnologias da produção. Ele precisa dominar conjunto de capacitações conceituas e práticas genéricas. Não basta por razões políticas. Não queremos contraste entre ensino de generalista para as elites e ensino de especialista para as massas. Organizações como o SENAI podem e devem continuar a ensinar ofícios. Na escola média, a formação profissional deve ser ter âmbito maior.

Nossa segunda iniciativa tem a ver com problema fundamental do nosso ensino, com analogias em todos os setores da política social: como reconciliar a gestão local das escolas pelos Estados e Municípios com padrões nacionais de investimento e de qualidade. A qualidade do ensino que uma criança brasileira recebe não deve depender do acaso do lugar onde ela nasce.

Para que se reconciliem esses dois imperativos, precisamos de três instrumentos. No primeiro -- sistema nacional de monitoramento e avaliação -- já estamos muito avançados. No segundo -- mecanismo para redistribuir recursos e quadros dos lugares mais ricos para os mais pobres -- começamos, com o FUNDEB, a avançar. No terceiro, porém, - - um procedimento de reparação quando, apesar de todos os esforços, uma rede escolar local não consiga atingir o patamar daqueles mínimos - - ainda não avançamos em nada.

Não se trata de fazer com que o governo federal intervenha, usurpando poderes dos Estados e dos Municípios. Trata-se de seguir o caminho de flexibilização do federalismo que caracteriza as democracias federativas contemporâneas mais desenvolvidas. Os governos federal, estaduais e municipais se associariam em órgãos conjuntos que pudessem vir em socorro de qualquer rede escolar local que,

repetidamente, tivesse caído abaixo do patamar mínimo de desempenho.

São iniciativas destinadas a emancipar o povo brasileiro. Precisam ser debatidas em todo o país, para que se corrijam seus defeitos e se aproveite seu potencial. Nosso país fervilha de energia humana desequipada e dispersa. Só precisa de instrumentos, sobretudo dos instrumentos capacitadores da educação. Lutemos para transformar o esponteísmo inculto em flexibilidade preparada. É o que de mais importante o povo brasileiro pode hoje fazer para si mesmo.